

A FILOLOGIA E A CRÍTICA TEXTUAL: COMENTÁRIOS DE TEXTOS REGIONAIS

Sélcio de Souza Silva*

RESUMO

Este artigo pretende mostrar a importância da Interpretação e Explicação de Textos como atividades básicas aos estudos filológicos. É o filólogo quem, ao debruçar-se sobre um texto, um manuscrito antigo ou uma edição moderna, nos garantirá não só a autenticidade do documento quanto à segurança das informações para outros pesquisadores, a exemplo dos literatos e críticos da literatura. Buscar-se-á, ao desenvolver este texto, evidenciar a estreita relação que há entre língua e literatura, filologia e crítica textual. Na verdade, quando o filólogo tece comentários ou explicação de textos, tarefa da Filologia, ciência que abrange diversas atividades, principalmente as de ordem lingüística e de conteúdo, ele está “abrindo caminhos” para a garantia de informações seguras e imprescindíveis à Literatura.

Palavras-chave: Filologia; crítica textual; língua; interpretação e explicação de textos literários.

Considerações iniciais

Antes mesmo de abordar o assunto em questão, gostaria de mencionar, como fala introdutória, a relevância que têm a história literária e suas pesquisas. Estas, além de serem objeto da preocupação da Filologia são, de certa forma, amparadas pelas atividades desta, considerando que todos os textos interessam à Filologia, principalmente os literários, uma vez que esta ciência, desde a sua origem, tem como missão a explicação de textos.

Até o fim do século XVIII, a crítica estética ainda se fazia valer, sempre alegando como deveria ser uma obra de arte de um determinado gênero, em um determinado período. Geralmente, esse modelo tendia ser imutável e absoluto, fornecendo preceitos e regras para a poesia e prosa, sempre levando

* **Sélcio de Souza Silva** é mestre em Gestão Educacional.

em consideração o modelo a ser imitado dentre um grupo de obras consideradas perfeitas.

Com o surgimento do Romantismo, a antiga crítica estética, cuja preocupação era simplesmente com métodos e regras, deixa efetivamente de imperar, dando lugar a outros sentidos e formas, sobretudo, ao sentido histórico, bem como suas expressões populares e, passa-se a reconhecer não só o belo fixo e determinado, mas, além disso, uma nova concepção do belo das obras artísticas de cada época e região, a partir da relação que se faz com os povos e sua cultura.

Nosso interesse, nesse trabalho, é mostrar que, a partir do texto literário, seja ele a prosa ou a poesia, os elementos lingüísticos e de conteúdo, presentes nesses textos, são explicados, de forma mais segura pela crítica textual. Torna-se, assim, mais fácil o entendimento de alguns aspectos geográficos, históricos e cultural, presentes nos referidos poemas, quando o crítico textual faz uso da interpretação e explicação de textos de difícil entendimento, principalmente em se tratando de textos manuscritos antigos, muitas vezes deteriorados.

Sabemos também que a explicação ou comentário de textos sempre foi tarefa da Filologia porque, na verdade, quando se trata de textos de difícil compreensão, sejam eles de ordem lingüística (língua pouco conhecida, neologismos, conteúdo) ou de conteúdo, como o caso de textos religiosos ou literários (v. g., *Os Lusíadas*), sua leitura dificulta a compreensão daquele leitor que, desprovido, muitas vezes, de conhecimentos prévios de fatos históricos, geográficos, mitológicos, etc, não consegue fazer as inferências necessárias para a sua compreensão.

Podemos afirmar que a Crítica Textual é a tarefa fundamental para os estudos filológicos, isto é, ela oferece à Filologia informações sobre o estabelecimento dos textos de acordo com a forma mais próxima possível da vontade do autor.

Nesse sentido, os historiadores, literatos e pesquisadores, de modo geral, que têm por objeto ou ponto de partida a investigação do texto, precisam das informações obtidas através da edição crítica e da interpretação dos textos; o que lhes garantem maior segurança às suas teorias.

Para melhor ilustrarmos o que queremos expor, valemo-nos do exercício que os alunos fazem rotineiramente na aprendizagem da língua. Ao exercitá-la (referimo-nos à escrita), o professor de língua faz uso da explicação e interpretação de textos, atividades não-estranhas aos alunos e professores desde as séries iniciais do Ensino Fundamental.

Em se tratando dos textos regionais, percebemos que, ao fazer a leitura dos textos poéticos, o leitor deparar-se-á diante de termos e vocábulos

desconhecidos da grande maioria brasileira que, por se tratar de uma determinada região, e trazer em suas construções, significados próprios – além do estilo do autor – tornam-se, muitas vezes, desconhecidos.

Pressupõe-se que, ao ler, esse leitor adquira conhecimentos culturais, geográficos e históricos, por meio de uma leitura descritiva, como é o caso dos textos literários, embora muitas vezes isso não é garantia de uma leitura cabal. Por outro lado, quando se faz explicação ou comentário de textos, com base lingüística, não significa necessária e simplesmente um meio de facilitar a vida do leitor, como um *fastfood*, mas, pelo contrário, para torná-lo mais bem informado sobre o assunto que, pensamos, já sê-lo adquirido como leitura prévia. Assim, não é puramente para que se compreenda o conteúdo material desses textos, mas, conforme Silva “aprender-lhes as bases psicológicas, sociológicas, históricas e sobretudo estética” (SILVA, 2005, p. 14).

Quando nos referimos à poesia, a questão se dificulta mais, pois como o texto poético dá margem a infinitas interpretações, percebe-se também que a sua construção é muito mais marcada de vocábulos rebuscados ou de terminologia equivocada, o que nem sempre significa o que o dicionário define. Daí, o uso da linguagem figurada, onde, intencionalmente, o autor oculta-nos o verdadeiro sentido do seu texto sob várias aparências. Utiliza-se de recursos da estilística, dando vazão a múltiplas interpretações. Percebemos em algumas interpretações de textos bíblicos que dão margem, ausentes de fatores culturais ou ao cargo da livre interpretação, a várias interpretações e, conseqüentemente, se justifica o surgimento da pluralidade de movimentos religiosos e seus variados credos.

Além disso, cabe ao filólogo alguns questionamentos, ao deparar-se com um manuscrito com texto literário e buscar explicações de ordem lingüística, se o vocabulário ou os termos, de caráter regional, que são usados, são de leituras prévias e adquiridos de outros autores. E quais seriam esses autores que, possivelmente, poderiam ter influenciado na construção dos textos-poéticos? Quais são, possivelmente, suas leituras? Como tecer comentários a uma obra de 1^a/2^a edição, cujo espaço de tempo ainda é pequeno e não precisamos reconstruir o texto como acontecem com alguns manuscritos antigos que, ao serem salvos, precisam ser, minuciosamente, reconstruídos? Em o autor estando em vida, neste caso, provavelmente, poderia estar nos respondendo ou, a partir de uma entrevista escrita já feita, poderíamos estar nos informando? Mas quando não se encontra mais conosco o autor, e este, por outras razões nunca deu entrevista, ou pouca coisa deixou-nos de registros manuscritos? Por onde começar? Pela obra? Na verdade, os textos modernos, com edições modernas, também são motivos de análise da Filologia e, para isso, faz-se mister que o filólogo tenha em mãos o maior número de informações, sejam elas, no atual contexto, através da mídia, da Internet, ou de informações

que, aparentemente, contrariam aos tradicionais manuscritos, quando estes muitas vezes nos faltam, para textos mais próximos de nós, assessorados tecnologia, descartando até mesmo o papel.

A explicação de textos e a filologia

Sabemos que a explicação de textos já foi praticada desde a Antigüidade, principalmente na Idade Média e Renascença, onde boa parte dos textos escritos foram classificados como comentários. Podemos perceber isso nos manuscritos ou em livros religiosos, à direita ou à esquerda, acima ou abaixo da página, em letras menores. O professor José Pereira da Silva, em artigo intitulado “Crítica Textual e Literatura”, nos explica que o “comentário”

pode conter toda sorte de coisas: explicações de termos difíceis; resumos ou paráfrases do pensamento do autor; remissões a outras passagens onde o autor diga algo de parecido; referências a outros autores que falaram do mesmo problema ou empregaram um torneio de estilo semelhante; desenvolvimento do pensamento, em que o comentador faz entrar suas próprias idéias ao explicar as do autor; exposição do sentido oculto, se o texto for, mesmo presumidamente, simbólico (SILVA, 2005, p. 16).

E mais adiante:

Um comentador moderno fornece, em primeiro lugar, explicações lingüísticas das passagens em que uma palavra ou uma construção as exijam; discute as passagens cujo teor seja duvidoso; dá esclarecimentos sobre os fatos e personalidades mencionadas no texto; tenta facilitar a compreensão das idéias filosóficas, políticas, religiosas, assim como das formas estéticas que a obra contém e, naturalmente, se servirá do trabalho daqueles que o precederam no mesmo afã, citando-os, amiúde, textualmente (SILVA, 2005, p. 17).

A Filologia é a ciência que cuida da cultura dos povos, preservada através de sua língua registrada em textos cientificamente editados. Estes textos, por sua vez, devem impreterivelmente ser editados ou reproduzidos de acordo com as técnicas do trabalho filológico da Crítica Textual.

Não nos resta dúvida que é através da Filologia que se estuda a etimologia, a evolução histórica das palavras, etc, no propósito de que, a partir dessas informações, possamos compreender a evolução do conhecimento e do pensamento humano. Sem a Filologia, portanto, não teríamos hoje as edições dos antigos textos sagrados, tão importantes para a preservação da cultura e da religião de uma nação, nem mesmo a literatura clássica dos gregos e dos romanos, a exemplo de *Ilíada*, *Odisséia* e *Eneida*, etc.

César Nardelli Cambraia cita-nos, segundo o dicionário Houaiss, quatro definições para o termo filologia. Buscamos, aqui, aquela definição mais próxima da nossa proposta defendida, ou seja, o estudo do texto ou interpretação

do texto (não necessariamente antigos) e a utilização da literatura e sua história como uma das técnicas imprescindíveis para a investigação filológica:

estudo científico de textos (não obrigatoriamente antigos) e estabelecimento de sua autenticidade através da comparação de manuscritos e edições, utilizando-se de técnicas auxiliares (paleografia, estatística para datação, história literária, econômica etc.), esp. para a edição de textos (CAMBRAIA, 2005, p. 14).

Não podemos negar a dificuldade que ainda temos da compreensão mais clara da definição do termo filologia, principalmente em se tratando da crítica textual, uma vez que sua função é basicamente a restituição da forma genuína dos textos, bem como sua transmissão, fixação, interpretação e edição. Por outro lado, não podemos negar a preocupação da filologia com o estudo de história da língua. Na verdade, desde a Grécia antiga essa dificuldade de compreensão era também evidente, pois o termo já apresentava sentido diversos uma vez que Philologia é a parte das ciências que tem por objeto as palavras e sua propriedades.

Ainda no século XVIII, o termo continua abrangente, ganhando sentidos polissêmicos, adquirindo significados como o estudo das letras humanas, começando da gramática, caminhando pela eloquência Oratória, pela Poética, pela História antiga e moderna, pela interpretação, pela crítica literária.

Resta-nos, portanto, a definição de Herrero (Apud CAMBRAIA, 2005, p. 16) para filologia como “estudo do que é necessário para conhecer a correta interpretação de um texto literário”.

Já no século XX, segundo Cambraia, ao citar Vasconcelos, esse termo é utilizado, sobretudo com enfoque “no estudo da língua, ficando a interpretação dos textos como parte acessória.” Nesse sentido, trata-se do “estudo da língua em toda a sua amplitude, no tempo e no espaço, e acessoriamente o da literatura, olhada sobre tudo como documento formal da mesma língua” (Vasconcelos, apud CAMBRAIA, 2005, p. 17).

E, por fim, o mesmo autor, na definição de filologia portuguesa, no diz que

o estudo científico, histórico e comparado da língua nacional em toda a sua amplitude, não só quanto à gramática (fonética, morfologia, sintaxe) e quanto à etimologia, semasiologia, etc., mas também como órgão da literatura e como manifestação do espírito nacional (Apud CAMBRAIA, 2005, p. 17).

A preservação da cultura dos povos através da língua

Nenhuma ciência como a Filologia e a Linguística se preocuparam

tanto, desde suas origens, com a preservação da cultura dos povos. Isso se deve ao estudo, em particular, da língua. Para a última, a preocupação envolve a língua em seu aspecto oral, enquanto que para a primeira, a preocupação é de âmbito textual.

A Filologia, desde a sua origem, edita, interpreta e explica textos de ordem literária e filosófica, a partir de manuscritos antigos ainda bem conservados. Ela é, por sua vez, disciplina auxiliar a todas outras, pois é através dela que a memória cultural de um povo se preserva ou se redescobre na sutileza da interpretação dos textos preservados em edições tratadas cientificamente.

Ao estudar a etimologia das palavras, os filólogos buscam os seus significados mais primitivos, reinterpretando as diversas alterações que sofreram na forma e no sentido para se adaptarem às diversas comunidades de falantes (no espaço, no tempo e nas diversas classes sociais), para mostrar que a língua é a expressão mais legítima da cultura de um povo, tanto que as palavras que se tornam desnecessárias em cada geração caem no esquecimento e surgem espontaneamente outras para suprirem as novas necessidades.

Do ponto de vista geográfico, a Filologia se preocupa em interpretar os valores culturais de cada comunidade de falantes, registrando os fatos lingüísticos (ou dialetais) que lhes são mais peculiares e oferecendo grande contribuição aos estudos etnográficos e de diversas outras especialidades. A Filologia, em seu estudo diacrônico, se ocupa da história da língua propriamente dita (a gramática histórica) e da história de seus falantes ou dos fatos culturais que mais tiveram relevância e atuaram na aceleração e retardamento da sua evolução.

O filólogo e a filologia se põem a refletir sobre as diversas formas de criação de novas palavras, como, por exemplo, o empréstimo de uma língua de especialidade para outra, de estrangeirismos tomados das línguas dos povos que se destacarem em cada área do conhecimento ou em cada especialidade, etc.

Os textos filologicamente trabalhados fornecem dados que tornam possível o fomento de uma política do idioma com vistas a garantir a identidade nacional, uma vez que a língua é o fator preponderante na definição de uma nacionalidade ou mesmo restabelecer elos comuns de povos que já conviveram num mesmo espaço geográfico, como é o caso dos textos galegos, portugueses e galego-portugueses. A gramaticalização das línguas vernáculas e seu ensino valoriza língua, assim como a crítica literária, ambas preocupadas com a descrição segura e simples dos dialetos e dos estilos mais prestigiados.

A língua, como um produto da ação humana, nos proporciona a construção da história de um povo e sua identidade cultural. Partindo do

pressuposto de que ela é um produto social, e jamais deixará de sê-lo, nas suas múltiplas diferenças, damos-lhe um caráter de unidade (quando reconhecida oficialmente) e de diversidade (quando usadas nos diversos espaços sociais e geográficos e em situações histórico-político-culturais.

Sabemos que as expressões regionais expressam a mentalidade, costumes, crenças, religiosidade, as histórias de um determinado povo e são registrados em sua literatura. É por meio dos termos regionais que percebemos os fatos sociais, o aspecto geográfico, a cultura e a história de cada um que domina determinado dialeto local. Para Bragança Jr., o conhecimento da história de um povo, o que ele pensa, ou como se expressa resumem-se no grande número de expressões populares, “portadoras das vivências de uma ou mais geração que funcionam como instrumentos de conduta aptos para ser aplicados no cotidiano” (1977, p. 240).

Em suma, ao estudarmos a língua, torna-se imprescindível o conhecimento de dois aspectos lingüísticos: o lexical e o semântico, para a formação lingüística de um determinado povo, ponto indiscutível para o processo de comentário à explicação de textos. O primeiro (lexical) depende exclusivamente do dinamismo da língua que, em seu processo de evolução, permite o surgimento de novas palavras e, conseqüentemente, novos significados. O segundo (semântico) ampara-se no estudo do significado que atribuímos às palavras de acordo com sua evolução, pois são várias as transformações ou criações que um determinado termo perde ou ganha no decorrer de tempo, a depender da sua contextualização. Nesse sentido, ao analisarmos determinado termo, inserido dentro de textos literários regionais, torna-se necessário que verifiquemos, *a priori*, suas raízes etimológicas, a partir dos estudos filológicos.

Referências

CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ELIA, Sílvio. A crítica textual em seu contexto sócio-histórico. In.: *Anais do III Encontro Ecdótica e Crítica Genética*. João Pessoa, 1993, pp. 57 – 64.

PICCHIO, Luciana STEGAGNO. *A Lição do texto: filologia e literatura*. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

SILVA, José Pereira da. *Crítica textual e edições de textos*. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 2005.

SPAGGIARI & PERUGI, Bárbara & Maurizio. *Fundamentos da crítica textual*. Rio de Janeiro: Lucerna. 2004.

SPINA, Segismundo. *Introdução à edótica*. São Paulo: Ars Poética, 1994.